

Pesquisa e Clínica Psicológica: Uma Reflexão Sobre o Método a Partir do Encontro da Psicologia com a Antropologia

Psychological Care and Research: Reflecting on Methods from Psychological and Anthropological Stances

André Guirland Vieira*

Universidade Luterana do Brasil, São Jerônimo, RS

Resumo

O presente artigo aborda a pesquisa na clínica psicológica a partir do ponto de vista da epistemologia e da metodologia de pesquisa nas ciências humanas. Em primeiro lugar, busca-se uma definição de objeto de pesquisa. Em seguida, descreve-se sua metodologia de investigação. Por fim, estuda-se a aplicação desta metodologia na clínica psicológica. Enfoca-se o delineamento de estudos de caso como o principal método de investigação na clínica psicológica e como o mais próximo à metodologia de pesquisa nas ciências humanas.

Palavras-chave: metodologia; psicologia clínica; epistemologia; narrativa.

Abstract

This paper discusses research in psychological practice in the context of epistemology and research methods in Human Sciences. First, we focus on a definition of the research object. Then we describe its methodology of investigation. At last, we study the application of this methodology in psychological practice. We focus the description of case studies as the main investigation method in psychological practice and as the closest to the methodology of research in Human Sciences.

Keywords: methodology; clinical psychology; epistemology; narrative.

Uma das principais características da pesquisa na clínica psicológica é a união da figura do pesquisador com a do terapeuta. Esta situação gera problemas teóricos e metodológicos quanto ao lugar do pesquisador e à natureza da coleta de dados. Isto porque nesta situação dificilmente poderemos utilizar instrumentos para validar a coleta de dados, como a filmagem ou a gravação dos diálogos. Na clínica deparamo-nos com a necessidade de coletar os dados a partir de uma descrição escrita das sessões. Encontraremos na história da pesquisa na clínica psicológica uma metodologia adequada para esta coleta de dados. Assim como encontraremos no âmbito das ciências humanas um aporte teórico em torno do

lugar do pesquisador em situações de pesquisa análogas às da clínica. A antropologia, por trabalhar diretamente com a pesquisa participante, é particularmente profícua em relação a esta discussão, principalmente a antropologia hermenêutica.

A visão hermenêutica, na antropologia, foi desenvolvida por Clifford Geertz (1989), a partir da proposta de Dilthey (1900/1971) de estabelecer uma Ciência do Espírito que se distinga tanto metodologicamente como epistemologicamente das ciências naturais. Aliás, é a partir de Dilthey que tal distinção será estabelecida. Encontramos, atualmente, tal distinção em Mikhail Bakhtin (1930/1995) que demonstra as diferenças

* Endereço eletrônico para correspondência: andre@psicologiaanalitica.brtdata.com.br

epistemológicas entre as ciências humanas e as ciências naturais. Para Bakhtin, há entre as ciências humanas e as ciências naturais uma diferença de objeto e de método. Quanto à diferença de objeto, a proposta de Bakhtin pode ser resumida de acordo com o que segue.

As ciências matemáticas e naturais não reconhecem o discurso como uma forma de orientação. (...) Todo o aparelho metodológico das ciências matemáticas e naturais está orientado para o domínio de um objeto reificado, que não se revela no discurso, nem comunica nada de si mesmo. Aqui, o conhecimento não está ligado à recepção e à interpretação do discurso ou dos signos procedentes do objeto.

Nas ciências humanas, diferentemente das ciências naturais e matemáticas, surgem os problemas específicos do estabelecimento, da transmissão e da interpretação dos discursos do outro (Bakhtin, citado por Todorov, 1981; p. 29)¹.

Assim, a diferença de objeto é que nas ciências humanas o objeto é um texto.

A nós interessa a especificidade das ciências humanas, esta dirigida para os pensamentos, os sentidos, as significações, etc., que vêm do outro, e que são realizadas e oferecidas ao pesquisador unicamente sob a forma de um texto. O texto é aquela realidade imediata (realidade do pensamento e das experiências) onde somente dentro da qual podem se constituir estas disciplinas (lingüística, filologia, estudos literários), e este pensamento. Lá onde não está o texto, não há também objeto de pesquisa e de pensamento (Bakhtin, citado por Todorov, 1981; p. 31).

Deste modo, o objeto de estudo das ciências humanas pode ser definido como sendo o homem enquanto produtor de textos, o homem enquanto produtor de significado.

As ciências humanas são as ciências do homem em sua especificidade, e não de uma coisa sem voz e de um fenômeno natural. O homem em sua especificidade humana se exprime (fala), isto é, cria um texto. Onde o homem é estudado fora do texto e independentemente dele, este não é mais o lugar das ciências humanas (anatomia, fisiologia humana, etc.) (Bakhtin, citado por Todorov, 1981; p. 32).

Mas a produção de textos pelo homem não se

limita à linguagem falada ou escrita. Para Bakhtin (citado por Todorov, 1981), “a ação humana é um texto em potencial (p. 33)”. Podemos já antever aqui a origem do conceito de ação na moderna psicologia cultural. Esta procura estudar não o comportamento, mas a ação humana. Podemos conceituar ação definindo-a como um comportamento dotado de um telos, de um sentido ou significado que só pode ser trazido à tona ao investigarmos o conteúdo da consciência (ou do inconsciente). E este conteúdo só estará disponível na forma de um material semiótico, seja como palavras ou imagens.

Em sua tentativa de estabelecer uma “psicologia objetiva” (p.48), Bakhtin (1930/1995) postula que “a realidade do psiquismo interior é a do signo” (p. 49), e que, portanto, a única forma de apreendermos a atividade psíquica é através do estudo de sua produção de significados. Quanto a esta produção, afirma Bakhtin (1930/1995), “a atividade psíquica constitui a expressão semiótica do contato entre o organismo e o meio exterior. Eis porque o psiquismo interior não deve ser analisado como uma coisa; ele não pode ser compreendido e analisado senão como um signo” (p. 49).

A definição e a delimitação do objeto de estudo das ciências humanas como sendo de caráter semiótico provoca e implica, também, a elaboração de um método específico e afinado com este objeto. Quanto ao método, Bakhtin (citado por Todorov, 1981) retoma Dilthey e Max Weber, ao propor que a compreensão e não a explicação corresponde melhor ao modo científico-humanístico de abordagem do objeto. Segundo o dicionário de filosofia de Abbagnano (1960/1982), o conceito de compreensão surgiu com Dilthey no âmbito das ciências da História, em função da impossibilidade de se entender o fenômeno histórico a partir de uma relação puramente de causa e efeito, nos moldes de uma ciência natural, e da necessidade de abordar a história como uma produção humana. A questão da causalidade foi, entretanto, reintroduzida no conceito de compreensão por Max Weber, embora em um sentido qualitativamente diverso do proposto pelas metodologias da ciência natural. Atualmente, o método compreensivo envolve um ato de interpretação a partir da fusão do horizonte do

¹. Uma parcela significativa dos textos de Bakhtin aqui citados são traduções de Tzvetan Todorov ainda não publicadas no ocidente.

pesquisador com o horizonte do sujeito de pesquisa.

Sempre que se trata de sentido, de linguagem, estamos condenados a limitações impostas pelo horizonte que resulta da projeção de nossa pré-compreensão, determinada pelas tradições, com as quais não cessamos de dialogar. A este diálogo, autores contemporâneos como Gadamer, têm chamado hermenêutica, ou interpretação. Nele, repõem-se tradições apropriadas a partir de nossa imersão no 'mundo' muito específico que circunscreve nossa possibilidade de atribuição de sentido. Por isso essa apropriação ou tradução consiste antes em redefinição que em reiteração do já dado. Daí se entende o caráter essencialmente aberto da idéia de horizonte, que indica, portanto, além do limite, disponibilidade criativa, ou seja, receptividade para acolher outras tradições, outras culturas - esta a origem da célebre metáfora fusão de horizontes (Soares, 1994; p. 12).

Uma característica importante desta metodologia, descrita por Soares (1994), é o papel ativo do pesquisador no processo de interpretação. Se a compreensão do universo do outro só é possível a partir de uma fusão do horizonte (visão de mundo) do pesquisador com o horizonte do sujeito pesquisado, então o pesquisador tem um papel extremamente ativo no processo de pesquisa e de entendimento do outro. Assim, o próprio pesquisador necessariamente terá de se considerar incluído neste processo como uma 'variável'. Como diria Bakhtin (citado por Todorov, 1981),

As ciências do espírito: seu objeto é não um, mas dois 'espíritos' (o estudado e o estudante, que não devem jamais se fundir em um só espírito). Seu verdadeiro objeto é a inter-relação e a interação de espíritos (p. 38).

Ou ainda,

Em uma interpretação ingênua e realista, a palavra 'compreensão' induz a um erro. Não se trata de um reflexo exato e passivo, de um desdobramento da experiência de outro em mim mesmo (um tal desdobramento é totalmente impossível), mas de uma tradução da experiência em uma perspectiva axiológica inteiramente outra, a partir de novas categorias de avaliação e de formação (Bakhtin, citado por Todorov, 1981; p. 39).

A conseqüência natural de tal processo de interpretação é a relativização dos pressupostos do

pesquisador, a fim de apreender o sentido da ação do outro. Já foi ressaltado por Giacomazzi (1994) que o relativismo como uma linha dentro da antropologia não se constitui num aceitar qualquer coisa, ou perder qualquer tipo de julgamento moral, como se o pesquisador deixasse de ser humano em campo e assimilasse por completo o outro, num quase ato de canibalismo. Geertz (1989) contrapõe e explica que não se trata desse tipo de assimilação, mas de algo muito além, no sentido de apreender, entre outras questões, o particular e o singular do outro, a diferença.

O processo de fusão de horizontes é o próprio processo de interpretação. Segundo Soares (1994), a interpretação mobiliza quatro componentes fundamentais: 1- as preconcepções que conformam o mundo do pesquisador, que representam o seu horizonte; 2- a positividade do objeto que, com sua configuração histórico-cultural, participa do diálogo com o pesquisador, resistindo a suas projeções; 3- instrumentos metodológicos ou científicos; 4- imaginação produtiva, sem a qual a projeção de pressuposições resultaria inevitavelmente em simples reiteração. A idéia de fusão de horizontes implica que a compreensão do horizonte do outro depende de uma permeabilidade, de uma flexibilidade de meu horizonte e de minha lógica diante da visão de mundo do outro. É justamente essa necessidade epistemológica que nos coloca diante dos problemas trazidos pelo que se chama de relativização. Mas entendido neste sentido, fica claro que o relativismo é uma opção, ou melhor, uma necessidade metodológico-epistemológica de um exercício que permita deixar o outro falar, expressar sua lógica e sua visão de mundo, e que, por outro lado, permita ao pesquisador a atividade da compreensão. E é por isso que o pesquisador escreve, ele descreve o discurso e a ação do outro, e aí sim, nesta ação de escrever ele o constrói, ou o reconstrói em uma mistura (inevitável) de seu horizonte com o do horizonte do outro. E é este o momento em que o pesquisador lança mão do que Soares (1994) chamou de imaginação produtiva.

Essa construção é necessária na medida em que o texto antropológico é uma interpretação. Porque compreender a ação do outro implica um desvelar do sentido, dos valores e dos significados que subjazem esta ação. A diferença básica entre a

antropologia e a psicologia será que, para a primeira, o outro está representado pela cultura. Aqui os valores e o sentido que norteiam a ação de seus agentes serão buscados no espaço público. Enquanto que o outro da psicologia é o indivíduo, mesmo que este seja tomado enquanto um ser público ou social, e os signos que ela busca para entendê-lo, ela os encontra no espaço privado. Mas, enquanto ambas estiverem preocupadas na compreensão da lógica de funcionamento do outro, não importando se este outro seja uma cultura ou um indivíduo, ambas estarão comprometidas com um movimento interpretativo dos símbolos ou signos que o norteiam. Este é, na verdade, o ponto em comum que une estas duas ciências em torno da construção de seu objeto de pesquisa, o fato de ambas trabalharem na interpretação dos símbolos que dão sentido à ação do outro. Uma psicologia que pesquise neste sentido será uma psicologia interpretativa, e os textos produzidos por ela serão uma construção, na tentativa de compreender o funcionamento do outro. Mas se o processo de construção de um texto de tal ordem implica uma tentativa de apreender, ou compreender, a lógica do outro, ele tem o sentido de um esforço que visa apreender o outro em sua peculiaridade, em sua singularidade. Aqui aparece uma diferença epistemológica essencial das ciências humanas em relação ao processo de conhecimento das ciências naturais. Enquanto estas estão preocupadas na apreensão de uma característica geral, ou na formulação de uma lei universal, as ciências humanas estarão preocupadas, ao menos em um primeiro momento, na apreensão do singular, pois ela pressupõe que a marca distintiva do humano está justamente no singular. Vem daí a idéia de Geertz (1989) de que a pesquisa antropológica, tal como a pesquisa em psicologia profunda, visa não uma generalização entre casos, mas uma generalização dentro deles.

Generalizar dentro dos casos é chamado habitualmente, pelo menos em medicina e em psicologia profunda, uma inferência clínica. Em vez de começar com um conjunto de observações e tentar subordiná-las a uma lei ordenadora, essa inferência começa com um conjunto de significantes (presumíveis) e tenta enquadrá-los de forma inteligível. As medidas são calculadas para previsões teóricas, mas os sintomas (mesmo

quando mensurados) são escrutinados em busca de peculiaridades teóricas - isto é, eles são diagnosticados. No estudo da cultura, os significantes não são sintomas, mas atos simbólicos ou conjuntos de atos simbólicos e o objetivo não é a terapia, mas a análise do discurso social. Mas a maneira pela qual a teoria é usada - investigar a importância não aparente das coisas - é a mesma (Geertz, 1989, p. 36).

Na verdade, a proximidade apontada por Geertz entre a antropologia e a psicologia é ainda maior, pois na psicologia profunda, o verdadeiro objetivo da análise psicológica não é analisar os sintomas, mas compreender o discurso do outro, justamente a partir de suas ações e de sua produção simbólica. Justamente, em função disso, é que se faz importante a busca de uma objetividade do dado empírico, sem dúvida de uma objetividade relativa à fusão de horizontes e, portanto relativa à subjetividade do pesquisador, mas que busca respeitar o que Soares (1994) chama de “a identidade ontológica imperscrutável do objeto”. Sem um respeito a essa identidade ontológica do objeto, corremos o risco de fazer de nosso trabalho interpretativo um mero exercício narcísico de autoprojeção. Pois é a realidade do objeto, sua “densidade significativa imanente” (p.13) que, oferecendo uma resistência a nossa leitura e a nossa visão, atua como uma opacidade reguladora da interpretação. Em suma, não podemos nunca deixar o objeto se perder no processo de construção.

A antropologia tem uma técnica bem específica para a captura desse objeto: a etnografia. A etnografia envolve todo um processo de apreensão dos signos do objeto de pesquisa (no caso um determinado grupo, ou uma população), mas envolve também todo um processo descritivo, chamado hoje por Geertz (1989) de “descrição densa” (p. 15). A etnografia revela um contínuo processo de diálogo entre o pesquisador e seus dados, no qual a sua subjetividade tem de ser claramente expressada em prol da fidedignidade e da objetividade científica. E aqui não importa se o texto etnográfico adquira um caráter literário, desde que essa construção favoreça o entendimento das ações e das situações vividas em campo. Ao contrário, é neste momento de construção que o texto científico irá realmente se

aproximar do texto literário.

Resumindo, os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda ou terceira mão. (Por definição, somente um 'nativo' faz a interpretação em primeira mão: é a sua cultura.) Trata-se, portanto, de ficções; ficções no sentido de que são 'algo construído', 'algo modelado' - o sentido original de fictio - não que sejam falsas, não fatuais ou apenas experimentos de pensamento. Construir descrições orientadas pelo ator dos envolvimento de um chefe berbere, um mercador judeu e um soldado francês uns com os outros no Marrocos de 1912 é claramente um ato de imaginação, não muito diferente da construção de descrições semelhantes de, digamos, os envolvimento uns com os outros de um médico francês de província, com a mulher frívola e adúltera e seu amante incapaz, na França do século XIX. Neste último caso, os atores são representados como hipotéticos e os acontecimentos como se não tivessem ocorrido, enquanto no primeiro caso eles são representados como verdadeiros, ou pelo menos aparentemente verdadeiros. Essa não é uma diferença de pequena importância: é precisamente a que Madame Bovary teve dificuldade em apreender. Mas a importância não reside no fato de a história dela ter sido inventada enquanto a de Cohen foi apenas anotada. As condições de sua criação e o seu enfoque (para não falar da maneira e da qualidade) diferem, todavia uma é tanto uma fictio - 'uma fabricação' - quanto a outra (Geertz, 1989, p. 26).

Um bom exemplo desta fusão entre texto científico e texto literário nos é dado pela etnografia do Prof. Hélio Silva, num trecho que já se tornou clássico na Etnografia no Brasil:

No fim da tarde em que procurei Lucrécia pela primeira vez, em sua pensão, Diana abriu a porta do quarto. Supus um viado, um simples viado - ela em nada traía o travesti que depois encontrei no Tigresa. Maura pede ajuda no fétido banheiro da pensão de Darling. Acabávamos de chegar e Maura disse que estava doida de vontade de fazer xixi. Lucrécia segue pelo corredor escuro. Maura me pede ajuda. Entro com ela no banheiro. Ela me confessa, uma expressão de dor: "já morei em tantos lugares iguais a esse... é horrível..." Fico em silêncio e olho em volta: o grande balde plástico atulhado de papéis sujos, o vaso sujo e sem tampo, a pequena janela aberta para a rua. Lucrécia chega com o papel e nos passa pela

porta. Maura tem nojo e me pede que segure suas mãos. Seguro e ela sobe no vaso com dificuldade. Faz xixi. Limpa-se com o papel. Apoiase em mim e volta ao chão. Peço para ver sua boceta e ela tem um sorriso terno e delicado: empina-se para que eu a veja. Abaixo-me um pouco: um corte reto separa definitivamente os grandes lábios, mas na base o corte não termina, dois grandes lábios que pendem, parecendo um par de coisas, duas coisas semelhantes, juntas, mas que não constroem uma unidade. Penso em duas linhas paralelas, sem uma gestalt, além do sorriso de Maura (Silva, 1993, p. 45).

Aqui a imaginação enquanto ficção e construção servem para nos transmitir uma realidade, com todo o seu aspecto dramático vivenciado pelo pesquisador. A subjetividade do autor está de tal forma presente que ela é um aspecto da própria descrição. É esta subjetividade que nos revela o aspecto fétido e insalubre da pensão de Darling, mas também a dor dos seus habitantes e a do próprio pesquisador como testemunha da vida daquelas pessoas. A ficção construída por Helio Silva tem a qualidade de nos transmitir não só uma descrição, mas também os sentimentos suscitados a ele e quem sabe a seus informantes (sujeitos de pesquisa) por estarem vivendo naquele lugar. A narrativa e a imagem que ele nos pinta da vida daquelas pessoas naquela pensão talvez seja mais fidedigna do que a imagem produzida por um vídeo, se por acaso a filmássemos, a menos que o diretor de filmagem tenha um talento poético.

A clínica psicológica também desenvolveu uma metodologia que, a semelhança da etnografia, permite ao pesquisador penetrar no universo simbólico do outro, apropriando-se de seus códigos, sejam eles pensamentos, sentimentos, afetos etc. Essa metodologia é o trabalho, ou a análise, sobre a Transferência (e aqui uso a palavra para designar tanto a transferência como a chamada 'contra-transferência'). É no processo transferencial que se dá a fusão de horizontes no espaço da clínica psicológica. C. G. Jung (1987/1946) define transferência como uma projeção do inconsciente do paciente sobre o terapeuta e do inconsciente do terapeuta sobre o paciente, a qual ocorre preferencialmente no contexto da psicoterapia. Se, por um lado, a transferência tem a desvantagem de criar um viés

que dificulta a objetividade do dado científico, por outro lado, ela cria a possibilidade de uma empatia entre terapeuta/pesquisador e paciente/sujeito de pesquisa que é fundamental para a compreensão. Esta empatia é semelhante a que busca o etnólogo e que propicia à etnografia a compreensão do outro segundo sua própria lógica. A psicologia tem, por outro lado, criado métodos que permitam que o terapeuta não sucumba à transferência e se perca no emaranhado da fusão de sua subjetividade com a subjetividade do paciente. Há, assim, na técnica da psicoterapia, a construção de um distanciamento necessário em meio a um momento de tão grande intimidade. Há também a instituição da supervisão que, por meio da discussão do caso, procura objetivar a situação clínica e de pesquisa para além da subjetividade do pesquisador/psicólogo clínico. A necessidade do psicoterapeuta fazer, ele próprio, uma psicoterapia é, também, um dispositivo metodológico que visa a objetividade da relação transferencial entre terapeuta e paciente e do próprio tratamento ou pesquisa psicológica. Outro dispositivo metodológico é o uso do diário de campo ou do diário clínico. Temos notícia da utilização deste método por C. G. Jung (1902/1994) que, em sua tese de doutorado, utilizou um diário de campo, no qual relatou as sessões com a paciente estudada. Sua tese traz alguns desses relatos, todos em terceira pessoa, nos quais o autor coloca-se como um narrador. O uso do diário na pesquisa clínica e psicanalítica ganha um modelo mais palpável a partir da publicação do diário clínico de Ferenczi (1969/1990). Ferenczi registra situações de tratamento intermediadas por interpretações e comentários. Seu diário clínico tem um caráter bastante pessoal, é escrito em primeira pessoa, como convém a um diário. Uma de suas principais características é a constante busca de entendimento dos casos a partir de construções teóricas, de tal modo que poderíamos dizer que o que Ferenczi busca em seu diário é a construção de uma metapsicologia.

Além do diário clínico, a psicologia desenvolveu outras técnicas ou princípios norteadores para o registro e a elaboração de textos científicos. Um dos primeiros e principais teóricos da técnica de pesquisa foi Pierre Janet. Janet (1886), no que talvez tenha sido uma das

primeiras pesquisas na clínica psicológica levada a cabo por um psicólogo (pois naquela época Janet não tinha formação médica, mas psicológica), estabeleceu três regras metodológicas para a época inovadoras. Primeira: examinar seus pacientes pessoalmente, sem testemunhas; segunda: registrar exatamente tudo o que o paciente fez ou disse; terceira: levantar a história de vida do paciente, incluindo antigos tratamentos. Mais tarde, o próprio Janet (1888/1930) nos alertou para nos ocuparmos com todo o processo de doença do paciente, e não apenas com um recorte temporal deste e, também, para o fato de que a pesquisa de fenômenos psicológicos deve ser realizada com sujeitos de pesquisa e não introspectivamente pelo próprio pesquisador. É interessante observar que Janet (1886, 1887, 1888), no momento da apresentação de seus casos, utiliza-se tanto da descrição como do diálogo. Ele descreve as situações de pesquisa como um observador que narra os eventos ocorridos diante de si, mas também nos traz diálogos com os pacientes relatados em primeira pessoa. Mais tarde, Janet (citado por Vasconcelos e Valsiner, 1995) retoma a idéia da observação detalhada registrada em “anotações meticulosamente delineadas” (p. 26) como método de pesquisa. Janet relatava suas observações após as consultas ou encontros com seus sujeitos de pesquisa, no que o historiador Henri Ellenberger (1970) chamou de “fontain-pen method” (p. 339). As idéias de Janet tiveram um desdobramento na elaboração do método clínico de Jean Piaget (1978/1926). O método clínico piagetiano é uma técnica de investigação psicológica, mas também de coleta e registro de dados, baseada exclusivamente na observação do investigador. É importante ressaltar, que, apesar de encontrarmos em poucos autores uma reflexão sobre a teoria do método de investigação na clínica psicológica, Janet e Piaget são exceções, tal método foi amplamente utilizado ao longo de toda a história da psicologia clínica. A principal forma de organização da investigação clínica se deu no modelo do estudo de caso, sendo célebres os estudos de caso de Sigmund Freud (1895/1953), C. G. Jung (1912/1986) e dos demais membros do movimento psicanalítico.

Em 1926, Janet (1926) postulou a importância da organização do estudo de caso clínico na forma

de uma biografia. “A narração, mesmo que sucinta, da vida de um indivíduo é em si mesma um documento psicológico de interesse” (p. 17). A concepção do estudo de caso clínico como uma narrativa biográfica é importante, pois corresponde não apenas à situação de registro e apresentação do dado científico na clínica psicológica, como também à própria organização da psicoterapia. Foi Jerome Bruner (1987) quem primeiro, ao menos no âmbito da psicologia, postulou a idéia de que tendemos a organizar nossa experiência com o mundo em uma forma de narrativa. Para Bruner (1990/1997), os seres humanos constroem significado a partir dos sistemas simbólicos já dados na cultura. Estes sistemas simbólicos constituem uma espécie de kit de ferramentas que os homens utilizam para construir suas representações do mundo, a narrativa é uma dessas ferramentas. A representação de nossa experiência de vida é, portanto, uma narrativa, e nós utilizamos a narrativa como uma ferramenta, a fim de organizar nosso contato com o mundo em termos de uma experiência inteligível.

O coração do meu argumento é o seguinte: eventualmente os processos lingüísticos e cognitivos moldados culturalmente que guiam a auto-produção das narrativas de vida assumem o poder de estruturar a experiência perceptiva, de organizar a memória, de segmentar ou unir os diversos eventos de uma vida. No final, nós nos tornamos as narrativas autobiográficas através das quais nós contamos nossas vidas. E dado à conformação cultural a qual eu referi, nós também nos tornamos variantes das formas culturais canônicas (Bruner, 1987, p. 15).

A psicoterapia é um lugar de produção de narrativas que tem como objetivo dar sentido ao embate do ser humano com o mundo. O contar e o recontar histórias é inerente ao processo psicoterapêutico. O sujeito inserido em uma psicoterapia está repetidamente narrando situações vividas em um passado distante ou recente e, através dessas narrativas, organizando sua autobiografia ou sua relação atual com o mundo que o cerca ou com as pessoas com quem convive. A narrativa produzida no contexto de psicoterapia é, portanto, um exercício de autoria, através do qual o sujeito narrador apropria-se de sua própria vida, de seu passado, presente e, quiçá, de seu

futuro. Este é o ponto de partida da construção narrativa em psicoterapia, mas apenas o seu marco inicial, isto porque, como nos mostra Schafer (1980), a narrativa produzida em psicoterapia é co-construída, sendo seus autores o paciente e o psicoterapeuta. Isto ocorre porque o terapeuta contribui na construção da narrativa com suas intervenções ou interpretações. O paciente não é, portanto, o único autor de sua autobiografia, pois ele recebe também a contribuição do seu psicoterapeuta, e é no contexto dessa colaboração que o sujeito constrói o sentido de sua história e de sua relação atual com o mundo. Se o próprio processo psicoterapêutico apresenta-se como uma narrativa biográfica co-construída, assim também é o texto de um estudo de caso clínico. Tal como o texto antropológico, o texto psicológico é, também, uma construção, não que seja falso ou não factual, como mostra Geertz (1989), mas uma narrativa. Tal concepção encontra um paralelo no fato de autores como Freud (1895/1953) nomearem seus estudos de caso como “histórias clínicas”. O termo “história” pode, aqui, ser lido tanto no sentido de histórico, cronológico, como no de texto narrativo.

A concepção da produção psicológica como um texto coloca o pesquisador em psicologia em diálogo com as demais áreas do campo das ciências humanas. Isto, ao mesmo tempo em que abre um campo tremendamente profícuo de possibilidades de estudo, também demanda responsabilidades. Considerada a partir desta ótica, a psicologia terá de se dispor a discutir seus métodos de investigação e interpretação dos fenômenos psicológicos com as ciências da linguagem, a história social e a antropologia. Terão de ser revistos procedimentos, como a criação de uma linguagem própria, o que é comum no campo da psicanálise ou interpretações da realidade de cunho funcionalista, que utilizam pontos de vista biológicos como chave de interpretação de fenômenos sociais ou psicológicos. Não podemos, diante do que foi apresentado e discutido, conceber modelos de interpretação que, a semelhança da abordagem patrística cristã, antecipem o resultado da interpretação não importando a natureza do objeto pesquisado. Não há sentido em investigações cujo fim seja pura e simplesmente a corroboração de uma teoria dada.

Este é um problema inaugurado pelo modelo psicanalítico e perpetuado pelos demais modelos clínicos em psicologia que deve ser, imediatamente, revisado. É Todorov (1978) quem aponta para a existência deste modelo arcaico de interpretação na psicologia. Segundo ele, encontraremos no modelo patrístico uma codificação antecipada do ponto de chegada da interpretação, sendo tal código uma teoria preestabelecida sobre o objeto a ser interpretado. Neste sentido, é necessário que a psicologia adote uma estratégia interpretativa operacional, na qual é o trajeto que liga o texto de partida ao texto de chegada que é codificado. Esta, segundo nos informa Todorov, tendo sido iniciada por Espinosa e desenvolvida por Schleiermacher, poderia, devido a sua tradição histórica, trazer a psicologia a um campo mais profícuo de discussão com as demais ciências humanas.

Referências

- Abbagnano, N. (1982). Dicionário de filosofia (A. Bosi). São Paulo: Mestre Jou. (Original publicado em 1960)
- Bakhtin, M. (1995). Marxismo e filosofia da linguagem (M. Lahud & Y. F. Vieira). São Paulo: Hucitec (Original publicado em 1930)
- Bruner, J. (1987). Life as narrative. *Social research*, 54 (1), 11-32.
- Bruner, J. (1997). Atos de significação. Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 1990)
- Dilthey, W. (1971). Origines et développement de l'herméneutique. Em Kremer-Marietti (Org.), Dilthey. (pp. 130-160). Paris: Seghers. (Original publicado em 1900)
- Elenberger, H. F. (1970). The Discovery of the unconscious: The history and evolution of dynamic psychiatry. New York: Basic Books.
- Ferenczi, S. (1990). Diário clínico (A. Cabral). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1969)
- Freud, S. (1953). Histórias clínicas de la psicoanálisis. Buenos Aires: Santiago Rueda. (Original publicado em 1895)
- Geertz, C. (1989). A interpretação das culturas (G. Velho). Rio de Janeiro: Guanabara. (Original publicado em 1989).
- Giacomazzi, M. C. (1994). Geertz: Anti-anti-relativismo. Monografia não publicada. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Janet, P. (1886). Les actes inconscients et le dédoublement de la personnalité pendant le somnambulisme provoque. *Revue philosophique*, 22 (2), 577-592.
- Janet, P. (1887). L'anesthésie systematisée et la dissociation des phénomènes psychologiques. *Revue philosophique* 23 (2), 449-472.
- Janet, P. (1888). Les actes inconscients et la mémoire pendant le somnambulisme. *Revue philosophique*, 25 (1), 238-279.
- Janet, P. (1930). L'automatisme psychologique. Paris: Félix Alcan. (Original publicado em 1888).
- Janet, P. (1926). De la angustia al éxtasis. México: Fondo de Cultura Económica.
- Jung, C. G. (1986). Símbolos da transformação (E. Stern). Petrópolis: Vozes. (Original publicado em 1912).
- Jung, C. G. (1987). A psicologia da transferência (M. L. Appy). Em *Ab-reação, análise dos sonhos, transferência* (pp. 33-187). Petrópolis: Vozes. (Original publicado em 1946).
- Jung, C. G. (1994). Sobre a psicologia e patologia dos fenômenos chamados ocultos (L. M. E. Orth). Em *Estudos psiquiátricos* (pp. 15-96). Petrópolis: Vozes. (Original publicado em 1902)
- Piaget, J. (1978). A representação do mundo na criança. Rio de Janeiro: Record. (Original publicado em 1926).
- Schafer, R. (1980). Narration in the psychoanalytic dialogue. Em *On narrative* (pp. 25-51). Chicago: The University of Chicago Press.
- Soares, L. E. (1994). O rigor da indisciplina. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Silva, H. (1993). Travesti: A invenção do feminino. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Vasconcelos, V. M. R. & Valsiner, J. (1995). Perspectiva co-constitutivista na psicologia e na educação. Porto Alegre: Artmed.
- Todorov, T. (1978). Simbolismo e interpretação. Lisboa: Edições 70.
- Todorov, T. (1981). Mikhail Bakhtine: Le principe dialogique. Paris: Éditions Du Seuil.

*Recebido em 27/03/2008
Aceite final em 01/08/2008*